



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100  
- www.crea-rs.org.br

## DECISÃO

Processo nº 2020010532

**Decisão N.:** PL/RS- 131/2022

**Sessão:** Plenária Ordinária n.º 1828

**Data:** 24 de junho de 2022.

**Interessado:** Comissão de Análise de Processos de Recurso ao Plenário - CAPR

**Referência:** Processo n.º 2020010532

**Ementa:** Conhece o recurso do autuado para, no mérito, negar-lhe provimento.

**O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - CREA-RS**, apreciando o processo em epígrafe que trata de recurso interposto ao Plenário pelo interessado, autuado mediante Auto de Infração por NÃO FORNECER INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS A FISCALIZAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA/RS ACERCA DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELO (A) FISCALIZAÇÃO CONCERNENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1041182103 QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA BRASMAC ENGENHARIA LTDA DE CNPJ Nº 05504585000109 COM O SEGUINTE OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES E GALERIAS DE ESGOTO PLUVIAL, NA ZONA SUL. CONSOANTE A SOLICITAÇÃO DO TERMO DE REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS E PROVIDÊNCIAS (TRDP) Nº 74690 ENTREGUE EM 07/03/2019, SEM ATENDIMENTO, ATÉ A PRESENTE DATA ANEXADO AO PROCESSO ELETRÔNICO SEI Nº 19.0.000040208-0 segundo os termos descritos pelo serviço de fiscalização do Conselho e, **considerando** que o supracitado processo foi objeto de análise pela **Comissão de Análise de Processos de Recurso ao Plenário (CAPR)**, organismo instituído pela Decisão n. PL/RS-196/2012, de 9 de novembro de 2012, em sua 1ª Reunião do ano de 2022, transcorrida no dia 10 de março de 2022, às 14h por videoconferência, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, **DECIDIU**, por unanimidade, aprovar o relatório e voto fundamentado proferido pelo Conselheiro relator, **Guilherme Reisdorfer**, nos seguintes termos: Considerando o parágrafo 2º do art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966, que dispõe: "As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na engenharia, na arquitetura ou na agronomia, ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, são obrigadas, sem qualquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente Lei"; Considerando que a autuada não forneceu os elementos necessários à efetiva fiscalização do exercício profissional de que cuida a Lei nº 5.194, de 1966, caracterizando-se como obstrução à fiscalização deste Conselho, em flagrante infringência ao dispositivo legal antes citado; Considerando que a autuação atende ao disposto no art. 11 da Resolução do Confea nº 1008, de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de Infração e aplicação de penalidades; Considerando que o Município autuado alega, em seu Recurso ao Plenário do Crea-RS, que o TRDP 74690 e o presente Auto de Infração teriam sido encaminhados a órgão diverso da Procuradoria Geral do Município, único órgão competente para receber citações de processos em geral; Considerando que consta no processo o comprovante de entrega do TRDP ao Município (doc. SEI 0355841, fl. 12), e o Auto de Infração foi recebido e protocolado em 25/02/2020 na PMPA-SMA/CD/PA, ou seja: Secretaria Municipal de

Administração, Coordenação de Documentação- Rua Sete de Setembro, 1123; Considerando que a Coordenação da Documentação é a unidade responsável pela gestão documental da Administração Centralizada do município, conforme consta no site do Município de Porto Alegre, link [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sma/default.php?p\\_secao=70](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sma/default.php?p_secao=70); Considerando que, sendo assim, as alegações do Município autuado não procedem, pois caberia à Coordenação de Documentação direcionar o Auto de Infração recebido para o órgão competente; Considerando que, junto ao recurso, foi possibilitado o acesso externo ao processo 19.0.000040208-0, da PMPA, no qual não foram localizadas as ARTs solicitadas; Considerando que o referido processo foi analisado pelo Plenário com a concessão do prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação da ART solicitada. Considerando que foi encaminhado ofício à Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre sobre a prorrogação de prazo de 60 dias conforme doc. SEI n.0696911. Considerando que foi apresentado a ART de n. 9836195 recolhida em 21/09/18, conforme doc. SEI n.0696913. A ART é de cargo e função. **Voto:** Da análise do presente processo não se constata elementos capazes para desconstituir o Auto de Infração, haja vista o não atendimento das disposições legais antes citadas, restando configurada a falta de ART, de acordo com a Lei nº 6.496, de 1977, art. 1º e 3º. Sendo o Auto de Infração procedente, mantenha-se a multa, cujo valor está previsto no art. 73, alínea "a", da Lei nº 5.194/66, devendo o processo ter seu prosseguimento até o pagamento da dívida, atualizada. Deverá providenciar a regularização junto a este Conselho, através do recolhimento da respectiva ART. **Presidiu a votação a Presidente do Crea-RS, Engenheira Ambiental Nanci Cristiane Josina Walter.** Votaram favoravelmente os conselheiros: Adélir José Strieder, Alberto Stochero, Alexandre Zilmer, André Santana Stolaruck, Ari Borges dos Santos, Carlos Giovanni Fontana, Carlos Roberto Santos da Silveira, Cassiana Roberta Lizzoni Michelin, Cassiano Machado da Silva, Claudia Trindade Oliveira, Dorli Pereira da Silva, Eduardo de Brito Souto, Eduardo Noll, Fernando Luiz Carvalho da Silva, Guilherme Reisdorfer, Hilário Pires, Hilário Thevenet Filho, Ivone da Silva Rodrigues, Jerson José Spohr, João Luís de Oliveira Collares Machado, José Ubirajara Martins Flores, Juarez Morbini Lopes, Leandro Franco Taborda, Lélío Gomes Brod, Leonardo Gonçalves Cera, Luiz Carlos Karnikowski de Oliveira, Marcelo Zunino, Márcio Wrague Moura, Marco Antônio Fontoura Hansen, Marco Antônio Lhullier Moreira, Nelson Kalil Moussalle, Nilza Luiza Venturini Zampieri, Plínio Luiz Cerutti Júnior, Rogério Peracchia Machado, Roselaine Cristina Mignoni, Sandro Donato Pavanatto Cerentini, Tamara França Machado, Ubiratan Oro, Vulmar Silveira Leite, Adão Roberto Rodrigues Villaverde, Adriano Agnoletto de Oliveira, Airton José Monteiro, Alan Cardozo Pereira, Aldo Juliano Zamberlan Maraschin, Angelica de Oliveira Henriques, Ari Henrique Uriartt, Ariane Rebelato Silva dos Santos, Augusto Renato Ribeiro Damiani, Biane de Castro, Caroline Daiane Raduns, Cibele Rosa Gracioli, Cláudio Akila Otani, Daisy Munhoz Goulart, Derli João Siqueira da Silva, Diogo Adriano Barboza, Edgar Bortolini, Edison Bisognin Cantarelli, Elisabete Gabrielli, Fernanda Pacheco, Fernando Martins Limongi, Flávio Thier, Gabriela Florindo Marques, Gelson Pelegrini, Gustavo Gottert Knies, Isabela Leal da Silva Cardoso, Jacob Ervino Dhein Lindener, Jorge Alberto de Souza Cunha, José Luiz Tragnago, Lauro Mário, Leandro Nunes de Souza, Luciano Roberto Grando, Luiz Antônio Ratkiewicz, Marcelino Hoppe, Marcelo Suarez Saldanha, Marco Antônio Machado, Marino José Greco, Matheus Stapassoli Piato, Nelson Agostinho Burille, Orlando Pedro Michelli, Paulo Ricardo Facchin, Paulo Rigatto, Rafael Luciano Dalcin, Regis Sivori Silva dos Santos, Renata Farias Oliveira, Rene Reinaldo Emmel Junior, Ricardo Girardi, Ricardo Teobaldo Antoniazzi, Rodrigo Sanhotene Thoma, Ronaldo Hoffmann, Roque Rutili, Talles Soares Rosa, Thierry Moraes da Rosa Silva, Wilson Antônio Klein, Vinicius Leônidas Curcio e Vitor Jorge Dabull Righi.

Cientifique-se e cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA BEATRIZ PEREIRA VELHO, Apoio Administrativo**, em 15/08/2022, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER, Presidente**, em 15/08/2022, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **1133032** e o código CRC **DC0BE34F**.



---

**Referência:** Processo nº 2020010532

SEI nº 1133032

Local: Porto Alegre